



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: O CASO PARAGOMINAS

Roberta Aviz, Sarita Albagli

Resumo: Este trabalho tem como objetivo examinar o papel das dinâmicas de informação e comunicação na construção e disseminação de discursos de sustentabilidade, considerando as relações de poder e as dinâmicas de conflito e cooperação. Tais dinâmicas são analisadas, em particular, no estudo do projeto Paragominas Município Verde, implantado no município de Paragominas, Pará. A partir do debate sobre consenso, conflito, cooperação e poder, discutem-se como as dinâmicas de informação e comunicação expressam-se na construção de discursos e processos de mobilização para o desenvolvimento sustentável local, examinando seus desdobramentos nas ações concretas dos atores envolvidos no projeto Paragominas Município Verde. Parte-se do suposto de que diferentes visões sobre a relação natureza e cultura estão no cerne dos conflitos existentes. Como resultado, percebe-se a centralidade da troca de informação e da comunicação nos processos de desenvolvimento sustentável e como o discurso da sustentabilidade reforça as relações de poder existente, referindo-se apenas à mudança nas técnicas de apropriação dos recursos naturais, mas não a uma mudança no pensamento econômico ou nas relações sociais e institucionais existentes.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, ambiente informacional, dinâmicas de informação e comunicação, economia verde, Paragominas.

Abstract: This work intends to examine the role of information and communication dynamics on the creation and dissemination of sustainability speeches, considering the power relations and the conflict and cooperation dynamics. Such dynamics are analyzed, in particular, in the project Paragominas Green Town, at the municipality of Paragominas, Pará. From the debate on consensus, conflict, cooperation and power, it is discussed how the information and communication dynamics are expressed in the creation of speeches and the mobilization processes for sustainable development. Its consequences are analyzed considering the actions of the actors involved on the project Paragominas Green Town. It starts with the assumption that the different views on the nature-culture relation are in the center of the existing conflicts. As a result, the study showed the centrality of information exchange and communication on the processes of sustainable development. It also showed that the sustainability speech reinforces the power relations that already existed, referring only to a change in the techniques of appropriation of natural resources, but not to a change in the economic rational or the social and institutional relations.

Keywords: Sustainable development, informational environment, communication and information dynamics, green economy, Paragominas.



1 INTRODUÇÃO

O presente estudo debruça-se sobre as dinâmicas de informação e comunicação em processos de busca de construção de novas vias para o desenvolvimento local. Examina tais dinâmicas especificamente em uma localidade com histórico de intenso desmatamento e conflitos, marcada pela crise e por esforços para sua superação: o município de Paragominas, no Estado do Pará.

Paragominas tem história de ocupação recente, que remonta à década de 1960, influenciada pela construção da rodovia Belém-Brasília. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por intensos conflitos agrários, fundiários e ambientais na região. No final dos anos 1990, a indústria madeireira de Paragominas, um dos principais vetores econômicos da cidade, entra em crise, com dezenas de empresas sendo fechadas no período. Teve lugar, então, desde o início dos anos 2000, um movimento para novas alternativas de desenvolvimento “sustentável”.

Desenvolvimento sustentável foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. Este conceito, contudo, vem sendo questionado por diversos autores (ACSELRAD, 2004b; ALBAGLI, 1998; ALMINO, 2006; BANERJEE, 2006; REDCLIFT, 2006), por supor a existência de consenso acerca da questão ambiental e do desenvolvimento de modo mais amplo, desconsiderando visões em conflito nessa questão.

Neste trabalho, corrobora-se a visão de Acselrad (2004a) de que as lutas por recursos naturais são em sua essência lutas por sentidos culturais, e criticam-se abordagens de gestão de conflitos ambientais que buscam o consenso a partir da homogeneização de visões, ocultando a grande influência das relações de poder. Considera-se que aspectos como a finalidade do uso dos recursos naturais e suas significações são hoje centrais nos debates sobre as questões ambientais e constituem a base de grande parte dos conflitos nesse campo, expressando ao final diferentes visões sobre a relação natureza-cultura (VIVEIROS DE CASTRO, 1996; 2002; LATOUR, 1994, 2004; COCCO, 2006)

Essas lutas, por sua vez, têm lugar também nos discursos dos diferentes atores que expressam suas distintas visões. A linguagem mostra-se aqui central, uma vez que, conforme Foucault (1971), o discurso não apenas expressa a luta, mas é, sobretudo, aquilo pelo qual se luta. Neste aspecto, as dinâmicas de informação e comunicação assumem grande importância como redes de expressão, produção e circulação de subjetividades.

O trabalho objetiva então examinar o papel das dinâmicas de informação e comunicação, em processos de mobilização e articulação social em ações para o desenvolvimento sustentável local, considerando as relações de poder e as dinâmicas de conflito e cooperação, que ao final expressam distintas visões sobre a relação natureza e cultura.

O caso estudado mostra um exemplo de construção de discursos de desenvolvimento sustentável, em um ambiente de informação e comunicação, permeado por conflitos, cooperação, articulações, e relações de poder.



2 A RELAÇÃO CULTURA-NATUREZA E OS CONFLITOS AMBIENTAIS

O final do século XX e o início do século XXI foram marcados pelo crescimento da importância do debate acerca do meio ambiente em sua relação com os processos de desenvolvimento. Conforme Acselrad (2004a), duas formas de se conceber a questão ecológica iriam se projetar. A primeira, muito difundida a partir da década de 1990, refere-se à problemática da quantidade de matéria e energia existente no planeta. Sob este enfoque, os recursos naturais são finitos e, portanto, temos que economizá-los para postergar seu fim, combatendo o desperdício. Para Acselrad, a abordagem da crise ambiental como esgotamento dos recursos naturais leva à aparente necessidade de uma “consciência ambiental” com cooperação e consenso “supraclassista” de todos. Nesta visão, o meio ambiente é único e, assim, a consciência ambiental também é única.

No início dos anos 2000, desponta outra visão sobre a questão ecológica. Nesta, se os recursos do planeta são finitos, a questão não é apenas como economizá-los, mas também e, principalmente, com que fim utilizá-los. O debate principal deixa de ser quantitativo para focar nas finalidades dos usos dos recursos naturais. Por esta visão, a natureza é vista fundamentalmente de forma cultural, histórica e dotada de significado. Assim, diferentes formas de uso dos recursos naturais não apenas traduzem necessidades e carências sociais, mas consistem em “projetar no mundo diferentes significados – construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais” (ACSELRAD, 2004a, p.15). Neste sentido, colocam-se diferentes – e por vezes conflituosos - projetos de uso da natureza, expressando diferentes formas de significação da relação natureza-cultura

De uma perspectiva antropológica, Viveiros de Castro olha essa questão analisando as diferenças entre a percepção da cultura ameríndia e a da cultura ocidental sobre a relação cultura e natureza. A visão ocidental considera a existência de uma única natureza – garantida pela universalidade dos corpos - e várias culturas diferentes - “a particularidade subjetiva dos espíritos e dos significados” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p.116). Para as culturas ameríndias, ao contrário, a humanidade não é vista como um estado, mas sim uma essência. A “cultura” ou o sujeito seria aqui a forma universal, enquanto a “natureza” ou o objeto a forma do particular (VIVEIROS DE CASTRO, 1996). O referencial comum a todos os seres da natureza não é o homem enquanto espécie, mas a humanidade enquanto condição (DESCOLA, 1986 *apud* VIVEIROS DE CASTRO, 1996). Para os ameríndios, cultura e natureza são partes de um mesmo campo sociocósmico, pois não correspondem a substantivos, mas a pronomes ou perspectivas. Homem e natureza estão conectados de tal forma que não é possível pensar nenhuma ação humana que não tenha consequências na natureza e vice-versa. Para os ameríndios, todas as questões envolvem tanto o homem quanto a natureza.

Bruno Latour (2004), por sua vez, assinala que a modernidade insistiu em dividir os seres em dois coletivos distintos: as coisas e as pessoas. Latour (1994) afirma que, apesar da tentativa constante dos modernos em separar a cultura da natureza, os híbridos - aqueles que não conseguimos ao certo saber se estão na categoria cultura ou natureza - sempre existiram. Para os modernos, o futuro era o



progresso das técnicas, a separação clara entre a sociedade e a natureza, esta vista como um grande depósito de materiais para o progresso. A sociedade se vê à procura de um novo projeto de relação homem-natureza. E as diferentes significações que cada um atribui à natureza moldam concepções alternativas deste projeto de relação.

Neste estudo, parte-se do ponto de vista de que estas concepções alternativas, os diferentes entendimentos sobre a relação natureza-cultura, e os diferentes projetos de uso dos recursos naturais estão na base dos conflitos ambientais que vemos hoje. Acselrad (2004a) sustenta que a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva e estas lutas por recursos ambientais são, em sua essência, lutas por sentidos culturais. Em tais lutas por sentidos culturais, e nas relações de poder subjacentes, expressam-se dinâmicas de informação e comunicação, em que se moldam e disseminam os discursos dos diferentes atores.

A partir da análise dos conflitos ambientais, Acselrad (2004a) define as quatro dimensões constitutivas desses conflitos: (i) apropriação simbólica; (ii) apropriação material; (iii) durabilidade, isto é, a continuidade dos modos de apropriação material, da existência da base material da qual depende uma forma social; e (iv) interatividade espacial das práticas sociais, ou seja, a ação cruzada de uma prática sobre a outra.

Desta forma, deveria haver

um olhar sobre a questão ambiental que se faça sensível ao papel da diversidade sociocultural e ao conflito entre os distintos projetos de apropriação e significação do mundo material. [...] Não se procura aqui entender como diferentes atores se somam na defesa de um mesmo “todo ambiental” dado, mas como a defesa do “todo ambiental” é construída a partir da defesa de projetos parcelares. (ACSELRAD, 2004a, p.14, p.20)

Nessa mesma linha, Jacques Rancière (1996 *apud* ACSELRAD, 2008a), em sua teoria da pós-democracia consensual, afirma que as tecnologias de formação de consenso tratam o conflito como um problema a eliminar, como falhas no processo de consenso e não expressão das diferenças existentes entre os atores sociais.

Essa discussão expressa-se também no debate sobre o papel do chamado “capital social” nos processos de desenvolvimento, tratado no item a seguir.

3 CAPITAL SOCIAL, CONFLITOS E PODER

Parte da literatura relaciona desenvolvimento local a ambientes onde há elevado nível de capital social, termo que se difunde a partir da década de 1980, associado a noções de confiança, de pertencimento e de interesses e objetivos comuns, como fruto de padrões de longo prazo, historicamente construídos (BOURDIEU, 1985; COLEMAN, 1988; PUTNAM, 1993; FUKUYAMA, 1996).

Diversas têm sido as críticas em relação ao conceito de capital social. Uma crítica é a de se tratar capital social como um **estoque** que um determinado território ou grupo pode acumular e,



de certa forma, até mesmo quantificar, sendo portanto finito (COCCO, 2006). Outra crítica é que o capital social é visto apenas sob a perspectiva da **confiança** e da cooperação, não levando em consideração os conflitos que dinamizam e mobilizam produtivamente os territórios (ALBAGLI; MACIEL, 2003; COCCO, 2006). A mobilização produtiva é entendida como aquela da produção biopolítica¹, das formas de vida, e não apenas da produção econômica. Uma terceira crítica é o fator **determinista** das abordagens tradicionais do capital social, como se apenas as comunidades que o tenham “acumulado” ao longo de sua história, fossem capazes de promover o desenvolvimento local (ALBAGLI; MACIEL, 2003; COCCO, 2006).

O alto nível de capital social de ligação pode ainda ter algumas desvantagens, como **restrições** ou até mesmo exclusão dos não pertencentes ao grupo ao acesso a oportunidades, devido à grande coesão existente no grupo. Outro efeito possível para os integrantes do grupo é a restrição ao acesso a novas ideias, e consequente inércia, devido ao isolamento em relação aos não participantes do grupo (PC, 2003).

As abordagens sobre capital social e as metodologias de resolução de conflitos criticadas por Acselrad em seus estudos encontram ressonância, em grande parte, nas teorias de Jürgen Habermas sobre a ação comunicativa e a esfera pública.

Para Habermas (1974), esfera pública refere-se ao domínio da vida social na qual a opinião pública pode ser formada, com acesso garantido a todos os cidadãos. Habermas (1974, p. 49) afirma que “os cidadãos agem como um corpo público quando deliberam de forma irrestrita, isto é, com a garantia de liberdade de reunião e associação e de liberdade para expressar e publicar suas opiniões, sobre assuntos de interesse geral”. Já na época, jovens esquerdistas criticaram o foco idealizado de potencial emancipatório visto por Habermas na esfera pública burguesa, que exclui o proletariado (CALHOUN, 1992). Calhoun (1992) aponta também o fato de que a esfera pública, como Habermas a define, excluiu diversos grupos importantes, como pobres, mulheres, migrantes e outros. Para muitos, a esfera pública de Habermas é um conceito idealizado.

Mais tarde, a partir de seus estudos sobre a esfera pública, Habermas desenvolveria sua teoria da ação comunicativa, onde o autor opõe o agir comunicativo ao agir teleológico. O agir teleológico é aquele orientado ao êxito, que busca causar um efeito em alguém (o ouvinte) através da fala, com a intenção de manipulá-lo. Em oposição, o agir comunicativo é aquele orientado ao entendimento mútuo, que busca um consenso racionalmente motivado.

Para o autor, é preciso buscar o agir orientado ao entendimento mútuo, livre de coerções, onde os atores possam coordenar seus planos de ação, a partir de um acordo baseado em um assentimento racional. “O acordo não pode ser imposto à outra parte, não pode ser extorquido ao adversário por meio de manipulações” (HABERMAS, 1989, p. 165).

¹ Por biopolítica entende-se aqui “o poder da vida de resistir [às formas de poder dominantes] e determinar uma produção alternativa de subjetividade” (HARDT; NEGRI, 2009, p.57). A produção biopolítica é a produção de novas formas de vida, da relação com si próprio e com os outros. É também a criação de subjetividades enquanto resistência, “o campo da imanência” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 47).



O processo discursivo é apresentado como um tipo específico de agir comunicativo, onde cada participante argumenta seu ponto de vista e escuta o outro, e juntos fixam a ação em torno do melhor argumento. Por este processo, a construção de acordos entre os atores se dá por meio da argumentação racional.

O discurso é apresentado como um modelo avaliativo das relações sociais, isto é, quanto mais ele for utilizado em uma relação, mais real ela é. O discurso é o critério com o qual se pode distinguir um consenso verdadeiro de um falso. No discurso é preciso “suspender qualquer tipo de coação da ação, neutralizando, desta forma, qualquer outra motivação que não seja a disponibilidade para a busca cooperativa da verdade e do consenso” (GOMES, 2005, p.88). Em Habermas, o empenho ao discurso é uma questão ética. “Todos os participantes da comunicação podem chegar a um entendimento através da suposição de que o discurso poderá resolver, através de um processo de argumentação, as distorções que por ventura surgirem” (GOMES, 2005, p. 92). Esta forma de agir comunicativo é apresentada por Habermas como a situação ideal de fala.

Assim, para Mouffe (1999, p.747), Habermas e seus seguidores defendem que, “para que as normas e os arranjos institucionais sejam válidos, eles devem ter sido acordados por todos os afetados por suas conseqüências, conforme um processo de deliberação”, ou processo discursivo. Isto pressupõe: i) a participação igualitária e simétrica, ou seja, todos possuem as mesmas oportunidades de falar, questionar e abrir debates; ii) todos possuem o direito de questionar o tópico da conversa; e iii) todos possuem o direito de questionar as próprias regras do processo discursivo. Ou seja, o processo de consenso racional se apóia nos valores de imparcialidade, igualdade, abertura, não coesão e unanimidade.

Habermas ressalta ainda a importância da coordenação e do acordo para se evitarem os conflitos. A questão apresentada pelo autor é: “como é que (pelo menos dois) participantes de uma interação podem coordenar os seus planos de ação de tal modo que Alter possa anexar suas ações às ações de Ego evitando conflitos e, em todo o caso, o risco de um ruptura da interação” (HABERMAS, 1989, p.164).

Diversos autores criticam Habermas pelo idealismo de sua teoria do agir comunicativo, pois não aponta “os conflitos ideológicos ou de classe, nem tampouco considera a disputa por espaços de poder que podem ser delineadas entre grupos organizados da sociedade” (CRUZ, 2009, p. 1615). Desse ponto de vista, a idéia de que um consenso possa ser criado por meio puramente de argumentos racionais, sem qualquer tipo de influência de poder, se mostra extremamente limitada a situações quase hipotéticas onde existe um equilíbrio de forças.

O próprio Habermas admite que a idéia de um entendimento livre de qualquer tipo de coação possa parecer ilusória e a esta crítica ele rebate com a possibilidade de uma intersubjetividade existente enquanto manifestação de “condições simétricas do reconhecimento recíproco livre” (HABERMAS, 1990, p. 182), reafirmando “a possibilidade prática do debate racional como forma principal da comunicação política” (HABERMAS, 1991, p.448 *apud* MOUFFE, 1999, p.748).



Hardt e Negri (2005, p.329-30) defendem que os conceitos de esfera pública e ação comunicativa de Habermas são utópicos e até mesmo irrealizáveis, “pois seria impossível isolar a nós mesmos, nossas relações e nossa comunicação fora da instrumentalidade do capital e dos meios de comunicação de massa”. Os autores também criticam Habermas afirmando que, ao longo de sua carreira, cada vez mais o autor abandona a possibilidade de transformação social com um projeto que objetiva manter a ordem social, baseada em um esquema formal transcendental. Ainda para Hardt e Negri (2005), a opinião pública não seria uma voz unificada, um ponto médio de equilíbrio social ou ainda uma forma de representação ou sujeito democrático, mas sim um:

“...um campo de conflito definido por relações de poder nas quais podemos e devemos intervir politicamente, através da comunicação, da produção cultural e de todas as outras formas de produção biopolítica. Esse campo da opinião pública não é um campo de atuação equânime, e sim radicalmente assimétrico” (HARDT; NEGRI, 2005, p.333).

Os autores assinalam que a comunicação e a opinião pública têm dois aspectos: se por um lado recebemos constantemente mensagens e significados da mídia e de outros meios, por outro essa recepção não é passiva, “estamos constantemente extraindo novos significados de nosso mundo cultural, resistindo às mensagens dominantes e descobrindo novos modos de expressão social” (HARDT; NEGRI, 2005, p.332). Assim, a comunicação é sempre produtiva de novas (inter) subjetividades.

Mouffe (1999), apoiada em Foucault e outros autores, contrapõe-se também a Habermas ao afirmar que o mundo social é constituído por atos de poder e que é impossível pensar qualquer tipo de relação fora do poder. A autora acredita ser impossível chegar a um consenso racional sem exclusão, pois na sua visão “todo consenso existe como resultado de uma hegemonia provisória, como a estabilização do poder e sempre leva a algum tipo de exclusão” (MOUFFE, 1999, p.756).

Para Foucault (1995), toda a forma de interação das sociedades é permeada por relações de poder e tais relações “se enraizam no conjunto da rede social” (FOUCAULT, 1995, p.247), mas que também implicam luta e resistência:

Não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Elas [insubmissão e liberdade] constituem reciprocamente uma espécie de limite permanente, de ponto de inversão possível. (FOUCAULT, 1995, p. 248)

Dentre os vários aspectos que constituem as relações de poder, Foucault (1995) ressalta os sistemas de diferenciações que permitem agir sobre a ação do outro que são, ao mesmo tempo, condições e efeitos das relações de poder, tais como diferenças econômicas, lingüísticas, culturais, nas habilidades e competências e outras. Foucault refere-se ao papel do poder das representações nas relações de poder e chega, ressaltando que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que



procuramos assenhorear-nos” (FOUCAULT, 1971, p.2).

Para Mouffe (1999, p.755), “a política visa a criação de unidade no contexto do conflito e da diversidade; está sempre preocupada com a criação de um ‘nós’ determinado por um ‘eles’”. Uma democracia deve, portanto, considerar e legitimar os conflitos, abrir espaço para os interesses e valores conflitantes, refutando sua supressão por meio do autoritarismo. Assim, Mouffe acredita na possibilidade de um “consenso conflituoso” e em uma política parte colaborativa, parte conflituosa, a qual ela chamou, conforme neologismo de Foucault, de pluralismo agonístico.

No caso específico dos conflitos ambientais, Acselrad (2004a) aponta dois espaços de poder existentes: (i) o espaço de distribuição de poder sobre os recursos do território, marcado por lutas sociais, econômicas e políticas; (ii) o espaço das representações, marcado por lutas simbólicas, onde se confrontam os valores, os esquemas de percepção e julgamento, e legitimam a distribuição desigual de poder.

4 DISCURSOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os discursos acerca do desenvolvimento sustentável têm minimizado os dissensos acerca do tema e afirmam a existência de uma lógica semelhante a todos em relação à questão ambiental. A partir desta lógica “elaborada de acordo com a percepção do mundo partilhada pelos que o dominam” (BANERJEE, 2006, p.89), pressupõe-se que todos possuem um interesse comum de assegurar o crescimento econômico sem prejudicar o meio ambiente. “A premissa do desenvolvimento sustentável é que este teria condições de possibilidade de transformar a relação entre natureza, economia e política” (RIBEIRO apud MARIN; CASTRO, 2006, p.17).

Apesar de o desenvolvimento sustentável ser apresentado hoje como uma proposta de discurso unificado, de consenso global, observa-se que há diferentes visões sobre seu significado e aplicabilidade: “o desenvolvimento sustentável está longe de ser um conceito homogêneo ou uma estratégia consensual” (ALBAGLI, 1998, p.46). Uma visão considera desenvolvimento como crescimento econômico e a questão da sustentabilidade como o uso de tecnologias de baixo impacto ambiental. Outra vertente, hoje a mais adotada, defende a importância do equilíbrio entre o econômico, o ambiental e o social (ALBAGLI, 1998).

Contudo, mesmo considerando a segunda vertente, há ainda grandes divergências sobre o significado e sua exequibilidade. Para Banerjee (2006, p.87), a abordagem de Brundland pretende “conciliar o inconciliável” e Redclift (2006, p.63) ressalta que “muitas vezes os objetivos sociais e ambientais são conflitantes”. Observa-se que ainda há grande debate sobre como maximizar os lucros e garantir o bem-estar ambiental e a quem estas ações realmente beneficiam. Banerjee (2006) assinala ainda que a nova linguagem do desenvolvimento sustentável, com abundância de termos como cidadania, direito das espécies, equidade intergeracional, esmaecem as desigualdades culturais. Acselrad (2004b) questiona a ideia de equidade intergeracional, pois esta não percebe a diversidade



entre e no interior do presente e do futuro.

Diversos autores ressaltam que esse “novo” discurso busca sustentar o modelo econômico vigente e não representa uma quebra no paradigma dominante. Marin e Castro (2006, p.12) observam que o pensamento hegemônico a respeito do desenvolvimento sustentável e da temática ambiental não altera as estruturas econômicas e sociais do capitalismo e não conduz “a um novo contrato social com base em novas relações entre sociedades e natureza”. O desenvolvimento sustentável utiliza a lógica de mercado e visa uma economia global que o planeta possa suportar para sempre, corrigindo os erros do passado, sem alterar o objetivo e a própria ideia do progresso. Assim, as noções tradicionais de capital, renda e crescimento se mantêm. As lógicas do capital, do mercado, do progresso e todo o racional econômico não são questionados (BANERJEE, 2006). Busca-se, na verdade, redefinir o que faz parte do mercado, precificando os recursos naturais. Nas palavras de Acselrad (2004b, p.9), “traduz-se o meio ambiente em economia para não explicitar o que de conflito político ele encerra”.

Desta forma, “é possível entender que as novas formas de desenvolvimento compatíveis com a preservação ambiental estariam, na realidade, aperfeiçoando e implementando de maneira mais rigorosa as formas já estabelecidas de desenvolvimento econômico” (ALMINO, 2006, p.46). Por estas visões, o objetivo final seria sustentar as atuais formas sociais de apropriação e uso dos recursos naturais (ACSELRAD, 2004b).

Contudo, os discursos acerca do desenvolvimento sustentável tentam mostrar que o mundo entra em um novo paradigma.

A sustentabilidade, como um conceito estabelecido, tem frequentemente disfarçado, em vestimentas mais novas, os conflitos entre agendas do passado. (...) Os “novos” discursos da sustentabilidade têm se revestido de uma nova linguagem – a deliberação, a cidadania, mesmo os direitos das espécies – mas escondem, ou marginalizam as desigualdades e as distinções culturais que têm determinado a agenda ambiental internacional. (REDCLIFT, 2006, p.72-73)

Assim, vê-se que este discurso, que é apresentado por muitos como uníssono, é uma nova forma de legitimação das práticas há muito realizadas pela sociedade ocidental.

A importância da construção de discursos nos jogos do poder deve-se ao fato de que as sociedades podem ser consideradas como “sistemas por onde circulam não só fluxos de energia, mas também fluxos informacionais” (FRIEDBERG *apud* ACSELRAD, 2004b). Assim, no caso do debate da sustentabilidade, aqueles com maior poder buscam impor aos demais suas concepções acerca da natureza e evitar possíveis conflitos advindos da interação entre sujeitos que possuem diferentes visões sobre os modos de apropriação dos recursos naturais. Tais discursos de sustentabilidade por sua vez são suportados por ambientes e dinâmicas de informação e comunicação hierarquizados. A questão ambiental encerra em si conflitos não apenas pela apropriação real, mas também simbólica dos recursos naturais, das diferentes visões da relação cultura-natureza.

5 O CASO PARAGOMINAS



O surgimento do município de Paragominas, na década de 1960, ocorreu quando a intenção do governo brasileiro era ocupar economicamente os “espaços vazios”, a partir do desenvolvimento da indústria e da agricultura na Amazônia. Nas décadas de 1970 e 1980, observou-se uma rápida expansão da agropecuária, da exploração madeireira e a perda crescente da cobertura vegetal na região, acompanhada do crescimento dos conflitos sociais por terra e de uma rápida concentração de propriedades. Com a extensiva exploração da madeira, sem o correto manejo florestal, ao final da década de 1990 ocorreu a falência de grande parte dessas madeiras e Paragominas viu-se à beira de uma grande crise econômica. O município inicia, assim, a busca de uma base econômica alternativa à exploração madeireira da floresta nativa, a partir da discussão acerca dos negócios verdes e da construção de uma outra imagem para o município, por meio de um discurso ambientalizado.

Nos anos 2000, as discussões sobre a questão ambiental e o desmatamento da Amazônia começaram a afetar diretamente os produtores rurais da região. Primeiro os produtores de grãos sentiram as pressões ambientalistas e passam a ter dificuldade de escoar a produção de áreas desmatadas. Em seguida, são os frigoríficos que ensaiam um boicote aos pecuaristas da Amazônia. Em 2008, o Governo Federal lança uma lista com os municípios que mais desmatam no país e Paragominas figura na lista por ter 45% de sua área desmatada. Fazer parte da lista significava a exigência de cadastramento dos imóveis rurais, sob pena de suspensão do Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR), restrições ao crédito rural e prioridade nas ações de controle, como a Operação Arco de Fogo, que chega na cidade em abril de 2008. Os produtores rurais sentem então a pressão ainda maior, com sua restrição ao crédito.

Foi, neste contexto, que o prefeito do município convocou um seminário na cidade, com a participação de 500 pessoas e 51 entidades, para discutir a questão e, ao final do evento, as 51 entidades assinam um pacto para o desmatamento zero no município. Para os grandes produtores rurais, esta seria uma saída para voltar a ter acesso ao crédito e ter seus produtos aceitos em um emergente mercado verde. A prefeitura busca então a organização não-governamental Imazon para monitorar o desmatamento e auxiliá-la na construção de uma alternativa para sair de tal lista. É lançado, assim, o projeto Paragominas Município Verde, que tem como objetivo criar bases para a adequação ambiental e o aprimoramento do uso do solo e dos recursos florestais rumo à produção sustentável.

3.1 A informação e os discursos de sustentabilidade em Paragominas

O caso do município de Paragominas e seu projeto verde demonstram a importância da informação, da comunicação e da formação dos discursos nas ações de desenvolvimento sustentável.

Paragominas possui um ambiente informacional hierárquico e, de certa forma, controlado. A relação entre a sociedade e as autoridades é sempre feita por meio das instituições representativas e dos líderes comunitários. Contudo, observa-se que nem sempre as lideranças são efetivamente representativas dos grupos como um todo e, particularmente, de suas percepções sobre as relações



entre cultura e natureza e de seus discursos de sustentabilidade. São poucos os espaços para debates abertos a todos. A participação de diversas instituições em reuniões públicas por vezes é percebida somente como uma forma de legitimação das decisões e não como uma verdadeira abertura ao debate e ao livre fluxo de informações.

As ações de comunicação do projeto se voltam para a construção de um discurso homogêneo sobre o desenvolvimento sustentável, escamoteando os dissensos relacionados ao tema. Um exemplo é a minimização de conflitos existentes entre os objetivos sociais e ambientais. A dicotomia entre eles persiste, como pôde ser observado na fala de um pequeno agricultor que chama a atenção para a necessidade de ações governamentais para as populações que vivem e dependem da Amazônia para viver e não apenas para a preservação de seus recursos naturais. Além disso, os moradores da área urbana não se veem contemplados com as ações de desenvolvimento sustentável. Na visão desse grupo, para se chamar um município de verde, é preciso realizar ações ambientais também na área urbana, tais como melhor destinação do lixo, arborização dos bairros e valorização das áreas verdes da cidade.

O desenvolvimento sustentável é apresentado pelos idealizadores do projeto Município Verde basicamente como mudança das atividades produtivas da região para práticas de menor impacto ambiental. O discurso disseminado é o de que essa mudança para atividades ecológicas melhoraria a imagem da cidade, atraindo assim novos investidores e dinamizando a economia local por meio do acesso ao mercado “verde”. Os empresários da área urbana uniram-se ao projeto, justamente, por acreditarem que associar suas empresas ao tema da sustentabilidade seria bom para a imagem de seus empreendimentos e da cidade como um todo, melhorando assim seus negócios. Assim, o que está em questão primordialmente é competição pela atração de investimentos.

Em Paragominas, pode-se observar que as relações de poder se mostraram elemento primordial para a validação e a legitimação do discurso, já que o uso da informação não se mostra como uma abertura à discussão, à contestação, mas sim uma tentativa de imposição de subjetividades. Se, por um lado, os fazendeiros e alguns outros setores aderiram ao pacto devido a pressões econômicas, por outro, as outras entidades aderiram devido à pressão política e de imagem. Assim, veem-se as diversas relações de poder envolvidas, como afirma Foucault (1995), os diversos micropoderes que fazem parte da sociedade,

Observa-se que aqueles que tradicionalmente detêm o poder na cidade, os grandes fazendeiros, são os que tomam a frente do projeto e se mantêm, assim, no poder. Desta forma, não há uma mudança na estrutura social, apenas uma redefinição de técnicas e a busca da introdução de Paragominas no novo mercado verde. Apesar do discurso de mudança de paradigma, a lógica econômica é a mesma e as relações se mantêm. Aqueles que no passado desmataram são os que agora reflorestam. Os próprios atores da degradação são aqueles que agora se utilizam do discurso de ambientalização. Percebe-se que a mudança em Paragominas se relaciona, primordialmente, aos discursos proferidos



e não à estrutura da sociedade.

O discurso do desenvolvimento sustentável tem reforçado a distribuição do poder. Aqueles com maior poder acabam por buscar impor aos demais seus conceitos e suas visões acerca da natureza e das formas de apropriação dos recursos naturais. O caso estudado mostra exemplos desta prática em diversos níveis. Desde a relação entre o pequeno agricultor e o técnico agrícola, na qual este último é o detentor do conhecimento considerado mais “avançado”, até a pressão dos países do Norte sobre o Brasil, em relação ao desmatamento da Amazônia e ao aquecimento global. Em Paragominas, a multinacional Cargill, por exemplo, exerceu grande pressão nos produtores de grãos para a mudança de seus processos produtivos, reforçando sua relação de poder para com os produtores locais.

Apesar da tentativa de conferir uma visão de unicidade às formas de apropriação dos recursos naturais, percebe-se que ainda há muitas divergências em relação a este tema, como se pôde observar na questão do uso da terra. Divergências foram observadas em uma discussão entre um pequeno agricultor e um técnico agrícola. Em relação ao modo de apropriação dos recursos naturais, para os colonos a forma adequada de se plantar na região é o sistema tradicional de corte e queima. Por sua vez, para os técnicos agrícolas, o correto seria o sistema agroflorestal, onde não há necessidade de queima. Ao se analisarem as atribuições de significados destes recursos, para o agricultor a manutenção da floresta é essencialmente uma questão estética e econômica, pois sua subsistência vem da terra, que desmatada se torna campo de cultivo. Para o técnico a preocupação é o aquecimento global. Percebe-se ao longo da discussão que para o agricultor a questão do aquecimento global não se relaciona com a discussão do sistema de plantio. Os técnicos tentam utilizar argumentos científicos para convencer os agricultores, utilizando discursos que fazem parte da grande mídia como o aquecimento global, mas que são extremamente distantes do dia a dia destes agricultores.

As diferenças de significados da natureza também puderam ser percebidas na entrevista com a liderança do povo indígena Tembé, cujas terras se encontram também no município de Paragominas. Ao ser questionado sobre os benefícios de uma ação como a do Município Verde, a liderança Tembé mostrou como para seu povo a cultura e a natureza estão imbricadas, conforme as teorias de Viveiros de Castro (1996). Ao comparar a relação cultura-natureza do indígena com a do pequeno agricultor, por exemplo, pode-se perceber que a natureza tem significado diferente para os dois. Nas entrevistas realizadas, foi possível inferir que enquanto para o agricultor entrevistado a terra é, em primeiro plano, campo de plantio e meio de sustentabilidade econômica, para a liderança Tembé a terra é fundamentalmente o seu território cultural. Assim, constataram-se as divergências existentes na forma de se utilizar o recurso natural, a distribuição destes recursos e seu significado, as quais as ações de desenvolvimento sustentável não contemplam.

Conforme explicitou Acselrad (2004a), se deveria ter um olhar onde a defesa do todo ambiental fosse construída a partir da defesa dos projetos parcelares. Ou seja, no caso estudado, não basta apenas diferenciar o indígena, como hoje é feito, é preciso também considerar que a realidade de um pequeno agricultor é muito diferente de um grande pecuarista e, portanto, não pode ser tratada da



mesma forma.

Pode-se constatar que, conforme afirmou Foucault (1971), o discurso é aquilo pelo qual se luta, e não apenas o que traduz a luta. Ou seja, no caso em questão, a apropriação da natureza esta embasada em quais conceitos? Qual a visão de desenvolvimento que predomina? A partir de quais premissas se dá a atuação no território? Qual será a imagem mostrada ao mundo de Paragominas? Para que e para quem esta imagem é construída?

A questão da imagem se mostrou central no caso estudado. As ações realizadas em torno do Projeto Município Verde visam a mudança da imagem de Paragominas no cenário regional e nacional, com o intuito final de atrair investimentos. Assim, a disseminação do projeto é um ponto chave na visão de seus realizadores. Esta disseminação para o público externo é realizada de diversas formas, tais como, a comunicação direta com empreendedores de outros estados, a publicação de artigos por parte das ONGs, a mobilização da mídia nacional e outros.

Além da possibilidade de atração de investimentos, a atenção da mídia nacional sobre o município, com pautas positivas, acaba por reforçar o sentimento da população de que o projeto é benéfico à cidade. A criação da lista dos municípios que mais desmatam e a operação Arco de Fogo chamaram grande atenção da mídia nacional. O fato de que dois anos depois apenas um município conseguiu sair da lista fez com que a mídia novamente se voltasse a Paragominas para ver o que estava sendo feito ali de diferente. Grandes veículos de comunicação, tais como Jornal Nacional, revista Época e Globo News, fizeram reportagens sobre a experiência. A mídia nacional tem exercido grande influência sobre a percepção da população local em relação ao projeto. À medida que os grandes veículos reforçam a visão positiva das ações ali realizadas, a aceitação do projeto pela população aumenta. Assim, percebe-se que a grande mídia legitima as ações do projeto Paragominas Município Verde.

O envolvimento de grandes ONGs, como a The Nature Conservancy e o Imazon é mais um elemento que contribui para a divulgação e a imagem de confiabilidade do projeto. Para essas ONGs, por sua vez, essa é uma tentativa de estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, que possa ser adaptado a outros municípios.

Desta forma, observa-se que, efetivamente, são o ambiente informacional e seus fluxos de informação os principais elementos constitutivos deste cenário de afirmação de um certo discurso sobre desenvolvimento sustentável no caso de Paragominas. A informação está no começo e no objetivo final do projeto. Foi uma informação, a lista dos municípios que mais desmatam a Amazônia no Brasil, que gerou a ação do Governo, isto é, os embargos econômicos e as fiscalizações. A partir de então, observou-se uma reação do gestor municipal e dos fazendeiros, que envolveu primordialmente a articulação e diversas ações de comunicação e de circulação de informação. A informação também se mostrou essencial no plano de reação, já que o monitoramento do desmatamento por satélite e sua verificação em campo são a base tanto do objetivo principal de excluir Paragominas da referida lista quanto das ações posteriores de controle do desflorestamento e regularização das áreas rurais. E



por fim, é a disseminação de informações sobre o município, com a criação de uma nova imagem da cidade, que se mostrou a estratégia principal das lideranças do projeto para a inserção de Paragominas no mercado verde.

Assim, pôde-se perceber no caso que a própria informação é objeto de disputa, mas uma disputa que se mostra velada. A informação poderia ser a base para as discussões, entretanto, os fluxos são sempre de cima para baixo, sob uma determinada visão de desenvolvimento sustentável, pouco aberta a questionamentos. Neste ambiente, observou-se a importância da formação da imagem e do uso da informação para a tentativa de homogeneização das subjetividades e dos discursos sobre sustentabilidade.

6 CONCLUSÕES

Este trabalho propôs uma reflexão acerca das dinâmicas de informação e de comunicação na construção e disseminação de discursos de sustentabilidade, a partir da análise do projeto Paragominas Município Verde.

Observou-se o papel central da informação e comunicação na mobilização e, pode-se dizer até, na imposição de certas visões de desenvolvimento. A criação dos discursos e sua disseminação se tornam essenciais quando se discute o desenvolvimento sustentável, uma vez que os conflitos sobre a apropriação dos recursos naturais envolvem também disputas pela validação das significações. A forma de se relacionar com a natureza, mais que apenas satisfazer uma carência e apropriar o recurso natural, significa projetar no mundo diferentes significados (ACSELRAD, 2004a). Assim, no caso estudado, a construção da imagem em um ambiente informacional hierarquizado desempenha papel primordial no projeto de Paragominas.

O caso estudado nos mostra a centralidade da disseminação de uma certa visão e significação para o desenvolvimento sustentável. Para que a população como um todo e os proprietários rurais, mais especificamente, aderissem ao projeto de mudança da base produtiva local, a estratégia utilizada foi a de se buscar um aparente consenso sobre uma mesma visão hegemônica da relação cultura-natureza, uma percepção onde a floresta em pé fosse vista como um agregador de valor para a base produtiva local. Percebe-se que a retórica ambiental foi utilizada para buscar uma coesão no município e que a informação produzida nos discursos daqueles que detêm o poder na cidade vira fato para grande parte dos demais atores locais.

Observou-se que, apesar do discurso de consenso, em realidade, há diferentes e por vezes conflituosas visões sobre a questão. Pode-se constatar também que os diferentes atores aderiram de forma distinta ao projeto, sendo que alguns não aderiram de forma alguma. No setor madeireiro, por exemplo, enquanto uns adaptaram seus negócios para o manejo e o plantio de árvores, outros optaram por transferir seus empreendimentos para outro município onde ainda havia condições de manterem o mesmo processo produtivo. O caso dos pequenos agricultores mostra uma forma diferente de adesão quando se comparado ao grande fazendeiro. Enquanto os grandes fazendeiros, em sua maioria,



aderiram ao projeto devido à pressão econômica e por isso estão alterando sua forma produtiva, os pequenos concordaram com as ações do projeto apenas em parte, no sentido de regularizar sua propriedade, mas não de alterar seu processo produtivo. Outro exemplo é a relação da população da área urbana com o projeto Paragominas Município Verde. Pode-se dizer que a adesão foi feita, mas com ressalvas. Grande parte dos moradores afirma concordar com o projeto, mas tem algumas dúvidas quanto à sua validade e desejariam que as ações de meio ambiente fossem mais abrangentes.

Acsegrad (2004a) afirma que a questão ambiental é conflitiva e os conflitos são, em sua essência, por sentidos culturais. O caso de Paragominas mostra na prática um exemplo desta abordagem. Apesar da visão predominante de que existe um consenso sobre a relação cultura-natureza e sobre o crescimento econômico com preservação ambiental, pode-se observar que os consensos são apenas aparentes e que os conflitos existem. A tentativa de se estabelecer um consenso utilizando argumentos ditos racionais, em verdade esconde os conflitos e as diferentes visões acerca do tema. O que se observa é, muito além de um debate racional, uma certa imposição de discursos, da disseminação de certos tipos de informação e, por meio destes, de visões e valores daqueles que detêm o poder. No caso estudado, os espaços verdadeiramente abertos para debates são reduzidos e a participação nas decisões, restrita. Assim, neste contexto, a busca pelo consenso se mostrou em verdade um regime de violência, ao tentar sufocar os conflitos existentes. O discurso de consenso sobre a questão ecológica que se dissemina no mundo, onde não é considerada a relação entre sociedades específicas e ecossistemas específicos, pode ser observado também no nível local, no caso de Paragominas.

O debate acerca da questão ecológica hoje está centrado não mais na economia dos recursos finitos do planeta, mas sim na finalidade de uso destes recursos. Como os diferentes significados atribuídos à natureza influenciam na forma de relacionamento com esta, a significação da natureza, formada cultural e historicamente pelos diferentes atores, passa a ser central no debate. Observa-se que o desenvolvimento sustentável é menos um “conceito” acabado e mais um processo em permanente construção, a partir dos processos de informação e comunicação entre os atores que expressam as relações de conflito e poder entre eles, construindo e desconstruindo discursos. Ademais, pode-se observar tanto pela análise da literatura mobilizada quanto pelo caso prático estudado que as relações de poder não são alteradas e são elas que detêm o papel principal neste jogo da sustentabilidade. O poder de que tratamos não é apenas aquele do acesso aos recursos ou o poder de força, mas principalmente o das representações, o poder de se criar o discurso e fazê-lo ser ouvido.

O caso de Paragominas mostra que o desafio do desenvolvimento sustentável é grande, principalmente porque se tenta chamar de sustentável um desenvolvimento que repete as práticas e a estrutura social com as quais se organizou a sociedade industrial ocidental. Paragominas mostra que é possível um município se repensar e alterar sua base produtiva. Contudo alguns desafios se apresentam como fundamentais para que isto signifique de fato uma mudança e que tal mudança seja efetivamente aplicada.

O primeiro desafio de Paragominas é considerar as diferenças existentes na sociedade



e incluir a todos nesse movimento de mudança. Para tanto, o compartilhamento das decisões, com uma estrutura de governança baseada na participação do maior número possível de representatividades é fundamental. Por um lado, com a disseminação das informações e uma gestão transparente do projeto, os diferentes atores poderão se apropriar de tais informações, refletir sobre as ações propostas e abrir um debate. E, por outro, é preciso possibilitar uma maior abertura no ambiente informacional, com a possibilidade de diferentes atores construir e difundirem seus próprios discursos e suas próprias informações. Desta forma, possibilita-se a emergência das diversas visões existentes, jogando-se a luz às lutas e disputas que sempre estão presentes nos debates sobre o desenvolvimento sustentável, mas que muitas vezes são obscurecidas e minimizadas. Considerar o outro significa muitas vezes um tempo de ação maior e, principalmente, significa ter que fazer concessões. Dar voz a outros discursos que, eventualmente, possam trazer outras visões, e também outras informações, sobre a relação natureza-cultura, pode apontar para direções distintas do Município Verde. Entretanto, despersonaliza-se o projeto de futuro da cidade, para que se torne um plano de toda a sociedade e não apenas um projeto de uma gestão municipal. Além disso, atinge-se um envolvimento e uma representatividade maior, o que tende a possibilitar a continuidade das ações.

Participar do mercado verde pode representar ganhos econômicos consideráveis para o município, contudo é preciso atrair investimentos que internalizem na economia local a renda gerada e beneficie um grupo mais ampliado de atores. Além disso, para se considerar um novo desenvolvimento que possa efetivamente ser dito sustentável, é necessário não apenas se beneficiar do mercado verde, mas principalmente colocar em pauta outro tipo de relação cultura-natureza, que leve em consideração a diversidade de visões e de discursos, onde discursos não-hegemônicos possam existir. Repensar as estruturas sociais e institucionais do município e implantar esta mudança se mostra um enorme desafio.

Ecologias alternativas só existirão por meio de visões alternativas de sociedade e política: “isto não requer a busca de alternativas desenvolvimentistas, mas de alternativas de desenvolvimento” (BANERJEE, 2006, p. 112). Isto implica uma mudança nas dinâmicas informacionais e comunicacionais, para abranger uma maior participação, dar a oportunidade a todos de expor seu ponto de vista e possibilitar o acesso mais igualitário à informação, bem como a sua produção. Propõe-se então uma nova visão de desenvolvimento sustentável, onde a sustentabilidade é apresentada não como conservação de formas sociais estabelecidas, mas como transformação social, como processo de conflito e cooperação, onde as dinâmicas de informação e comunicação assumem papel central. Sustenta-se a necessidade de mudanças nas práticas de significação e ação em relação ao meio ambiente e à sociedade como um todo, que implique uma não separação entre natureza e cultura.



REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a. P.13-35

_____. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento sustentável. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2, 2004, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos...** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004b. Disponível em <http://www.unisc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/desreg/seminarios/anais_sidr2004/conferencias/02.pdf>. Acesso em: 17 out. 2010

_____. Tecnologías de la resolución de conflictos ambientales: la actualidad del objecto. In: HELFRICH, S. (org) **Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía**. Mexico, DF: F.H. Boll, 2008a.

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 423-440

ALMINO, João. A filosofia política do ecologismo. In: FERNANDES, Marciolina; GUERRA, Lemuel (orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. p.27-50

BANERJEE, Subhabrata B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O Desenvolvimento Sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marciolina; GUERRA, Lemuel (orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. p.77-128

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Comp.).

Handbook of theory and research for the sociology of education. New York: Greenwood, 1985.

CALHOUN, Craig. Introduction: Habermas and the public sphere. In: CALHOUN, Craig (org.). **Habermas and the public sphere**. MIT Press, 1992. p.1-48

COCCO, Giuseppe. Mobilizar os territórios produtivos: para além do capital social, a constituição do comum. In: SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: Sebrae, 2006.Cap.9, p.171-200.

COLEMAN, James. Social Capital in the Creation of Human Capital. In: **American journal of sociology**. Chicago: UChicagoPres,1988.



CRUZ, Gisele dos Reis. O consenso habbermasiano em oposição ao conflito classista marxiano: a metodologia do desenvolvimento local integrado e sustentado. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4, 2009, Maringá. **Anais eletrônicos...** Maringá: UEM, 2009. Disponível em <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/442.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso** (*L'ordre du discours*). Paris: Éditions Gallimard, 1971. Disponível em <<http://filoesco.unb.br/foucault/ordem.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Humbert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GOMES, Luiz Roberto. **O consenso na teoria do agir comunicativo de Habermas e suas implicações para a educação**. Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

HABERMAS, Jürgen. The public sphere: an encyclopaedia article. In: **New German Critique**, 1, p.49-55. Telos Press, 1974.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Commonwealth**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2009.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1994.

_____. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MARIN, Rosa E.A.; CASTRO, Edna M.R. Prefácio 2ª edição. In: FERNANDES, Marciolina; GUERRA, Lemuel (orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. p.15-20

MOUFFE, Chantal. Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism? In: **Social Research**, v. 66, n.3, fall 1999.

PC (PRODUCTIVITY COMMISSION). **Social Capital: Reviewing the Concept and its Policy Implications**, Research Paper. Canberra: Aus Info, 2003. Disponível em <http://www.pc.gov.au/data/assets/pdf_file/0018/8244/socialcapital.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2010.



PUTNAM, Robert. **Making Democracy Work** - Civic Traditions in Modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

REDCLIFT, Michael R. Os novos discursos da sustentabilidade. In: FERNANDES, Marciolina; GUERRA, Lemuel (orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. p.51-75

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, Out. 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mar. 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.